

CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS

# A Evolução Recente da Miséria

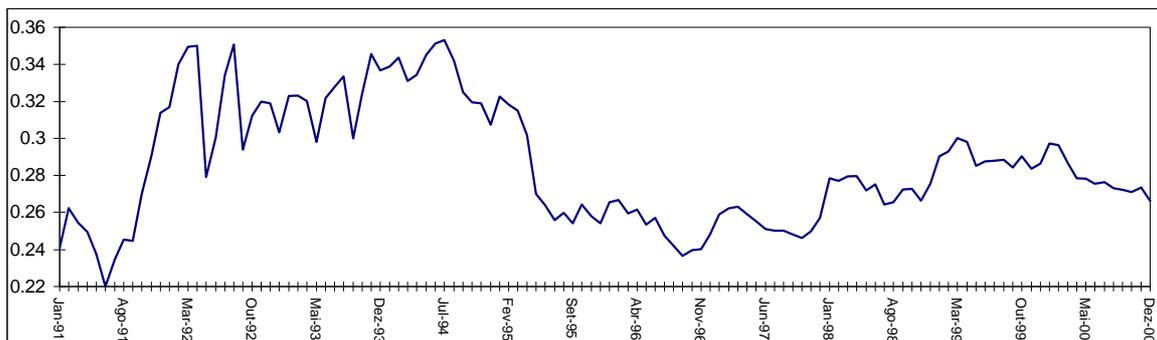
Marcelo Neri ([mcneri@fgv.br](mailto:mcneri@fgv.br))

## Resumo

" A série de pobreza calculada a partir da PME evidencia que após a queda da proporção de pobres de cerca de um terço (33.4%) para um quarto (25.1%) entre 1994 e 1996, a média anual do indicador volta com as sucessivas crises a um valor intermediário em 1999 (29%). A retomada do crescimento observada em 2000 gera a primeira queda da pobreza depois de finda a lua de mel com o real, atingindo o valor de 27.9%.

Prospectivamente, o ganho não trivial do poder de compra do salário mínimo a ser observado no período subsequente reforçará essa queda. Em todos os meses de reajuste do mínimo do pós-Real a pobreza cai instantaneamente pelo menos 21% do reajuste do mínimo. Se projetarmos a partir destes episódios o reajuste para 180 reais se poderia esperar uma redução da pobreza da ordem de 4 a 4.5% já entre abril e maio de 2001. "

### Proporção de Pobres



Fonte: Microdados PME - IBGE; Elaboração: CPS/IBRE/FGV

## Média Anual da Pobreza

### Proporção de Pobres Metropolitana

#### ANO

1991	0.255
1992	0.322
1993	0.321
1994	0.334
1995	0.278
1996	0.251
1997	0.254
1998	0.273
1999	0.290
2000	0.279

Fonte: Microdados PME/IBGE Elaboração: CPS/IBRE/FGV

## **A Evolução Recente da Miséria**

Se buscássemos sintetizar o dia-a-dia do debate social brasileiro dos últimos anos numa única variável, esta seria, sem dúvida, a taxa de desemprego. Existem duas medidas mais difundidas de desemprego no Brasil. De um lado, temos a taxa de desemprego aberto calculada a partir da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE para as seis principais regiões metropolitanas brasileiras e de outro a taxa de desemprego calculada a partir da Pesquisa de Emprego e Desocupação (PED) da Fundação SEADE para a Grande São Paulo. A primeira estatística capta o desemprego como uma medida de 'folga' (excesso de oferta) no mercado de trabalho. Uma vantagem do conceito PME é a sua maior comparabilidade internacional, uma vez que segue estritamente a convenção anteriormente fixada pela OIT. A segunda estatística adotada na PED adiciona o desempregado por desalento e os ocupados precários ao seu conceito de desemprego. A sua vantagem é incorporar elementos típicos do mercado de trabalho brasileiro como a informalidade, conferindo uma dimensão social mais ampla a medida considerada.

O aumento da taxa de desemprego constitui o principal problema percebido pela população, como atestam as pesquisas de opinião realizadas ao longo dos últimos anos<sup>1</sup>. A face mais visível dos efeitos das crises externas que atingiram a economia brasileira foi o pulo de dois pontos de porcentagem na série dessazonalizada da PME-IBGE, em janeiro de 1998, três meses após a alta dos juros adotada em reação à crise asiática. A análise desagregada em bases semanais desta inflexão identifica a passagem da última semana de 1997 para a primeira de 1998 como o momento em que a crise de desemprego se instalou nas nossas séries históricas.

O fim da crise de desemprego se deu de maneira quase tão abrupta quanto o seu aparecimento, a taxa cai de 6.2% para 4.8% entre novembro e dezembro de 2000 voltando emblematicamente aos exatos níveis de dezembro de 1997, véspera da manifestação da crise. Entretanto, o comportamento da taxa de desemprego tem sido dominado por mudanças na oferta de trabalho (ponto enfatizado por Lauro Ramos) enquanto o problema

---

<sup>1</sup> Por exemplo, de acordo com o levantamento nacional CNI-Ibope em Março de 1999 logo após a desvalorização do Real, 70% dos entrevistados apontavam o desemprego como o principal problema do país contra 13% para inflação. Na pesquisa cada entrevistado podia indicar mais de uma variável.

da baixa qualidade do trabalho não é contemplado na estatística. Em suma, o desemprego constitui um mal indicador de desempenho global do mercado de trabalho.

Privilegio aqui o uso de medidas de bem-estar social baseadas em renda familiar per capita do trabalho. Isto é, a soma das rendas do trabalho de toda família dividida pelo número de membros (incluindo as crianças). Este conceito resume fatores operantes sobre o trabalho de toda família, como os níveis de desocupação, ocupação e rendimento, auferidos de maneira formal ou informal. Além de maior poder de síntese, esta estatística pode ser calculada com as mesmas pesquisas utilizadas para auferir mensalmente a taxa de desemprego. Outra vantagem deste conceito é permitir relações mais diretas com elementos da literatura de bem-estar social, como pobreza. A taxa de desemprego explica apenas % das variações da pobreza.

A análise de pobreza com base na PME é crucial em momentos que a PNAD-IBGE não foi a campo, como 1994 e 2000. A redução da pobreza depois do real foi detectada a partir da PME em fevereiro de 1996. Agora dado o formidável esforço empreendido no novo Censo, os novos números da miséria nacional só serão conhecidos em meados de 2002 quando a PNAD de 2001 for divulgada. Até lá os indicadores ficariam estacionados em outubro de 1999, data da última PNAD disponível.

A série de pobreza calculada a partir da PME evidencia que após a queda da proporção de pobres de cerca de um terço (33.4%) para um quarto (25.1%) entre 1994 e 1996, a média anual do indicador volta com as sucessivas crises a um valor intermediário em 1999 (29%). A retomada do crescimento observada em 2000 gera a primeira queda da pobreza depois de finda a lua de mel com o real, atingindo o valor de 27.9%.

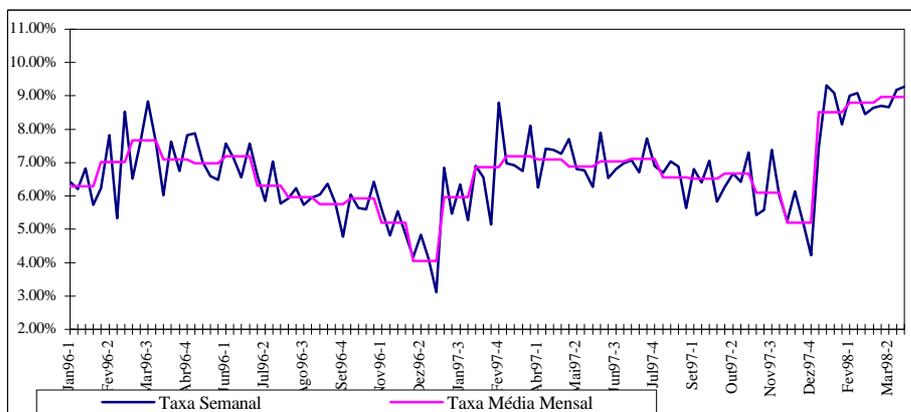
Cabe lembrar que a miséria se encontra mais alta hoje que no começo da década de 90. Prospectivamente, o ganho não trivial do poder de compra do salário mínimo a ser observado no período subsequente reforçará a renda previdenciária, em particular, nas áreas rurais de baixa renda. Agora como tornar o combate à pobreza sustentável?

## **Gráfico**

## Taxas de Desemprego a 7 Dias em Bases Semanais

### São Paulo Início da Crise

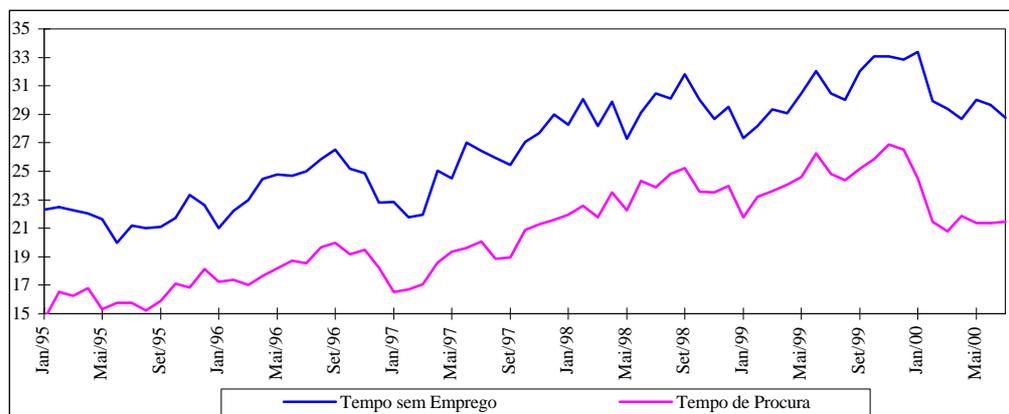
#### Taxas Semanais X Taxas Mensais Oficiais



Fonte: PME-IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV

## Gráfico

### MÉDIA DO TEMPO DE BUSCA E SEM EMPREGO BRASIL



Fonte: PME/IBGE

Elaboração: CPS/IBRE/FGV

## Zoom sobre a Evolução Metropolitana

A fonte básica de informação usada no Brasil sobre o desempenho social são pesquisas de mercado de trabalho aplicadas de maneira circunscrita às seis principais regiões metropolitanas, como a PME-IBGE. Essas regiões representam cerca de 30% da nossa população e são bastante diferentes do resto do país, com rendas 42.5% superiores. Outra limitação dessas pesquisas é que elas cobrem apenas a renda oriunda do trabalho

ignorando outras fontes de renda que representam 26.9% do total de renda auferida como aluguéis, juros e dividendos e principalmente aquela influenciada por políticas públicas (benefícios previdenciários, seguro-desemprego e outras transferências). Apesar dessas limitações são essas pesquisas que notadamente pautam o nosso debate social.

A PNAD-IBGE nos permite ampliar o foco da análise de indicadores sociais baseados em renda. Primeiro, por cobrir a quase totalidade do território brasileiro. Segundo, por abarcar todas as fontes de renda percebidas pelos diversos membros dos domicílios. A limitação maior da PNAD é a defasagem com que os dados pesquisados são conhecidos.

A última PNAD de outubro de 1999, nos permitiu em julho último, captar os impactos da recente onda de choques externos no bem estar geral da população do país visto como um todo. Entre 1996 e 1999, a renda domiciliar per capita média, deflacionada pelo INPC do IBGE, caiu a taxa de 1.37% a.a.. A proporção de indigentes caiu 0.57% a.a., perfazendo em 1999, 29.3% da população brasileira, um total de 46 milhões de indigentes, pessoas muito pobres. É um número considerável, embora diminuindo percentualmente. Entretanto, deve-se frisar que de maneira surpreendente, dada a forma como o debate tem sido conduzido, a miséria brasileira não subiu no período 1996-99.

A maior amplitude da PNAD nos permite restringir paulatinamente o seu escopo para elementos cobertos nas pesquisas de mercado de trabalho metropolitanas divulgadas mensalmente. Em primeiro lugar, diminuindo o escopo geográfico dos indicadores para o nível metropolitano: a renda caiu 3.22% a.a. e a indigência sobe 1.85% a.a..

Finalmente, ao restringirmos o conceito de renda a somente aquela proveniente do trabalho nas áreas metropolitanas, a indigência baseada apenas na renda do trabalho dessas seis regiões metropolitanas aumentou 4.22 % a.a. e a renda, neste mesmo universo, caiu 4.6% a.a..

**Tabela 1****RENDA E POBREZA - NÍVEL E EVOLUÇÃO ENTRE 1996 e 1999 (%)**

	<b>Renda Média Per Capita</b>		<b>POBREZA (P0)*</b>	
	Nível 1999	Taxa de Variação 1996-99 a.a.	Nível 1999	Taxa de Variação 1996-99 a.a.
<b>Brasil Total</b>				
Todas as Fontes	230.47	-1.37	29.3	-0.57
Trabalho	179.87	-2.79	41.01	1.31
<b>Brasil Metropolitano</b>				
Todas as Fontes	313.65	-3.22	17.65	1.85
Trabalho	242.55	-4.57	29.07	4.22

Fonte: PNAD - IBGE    Elaboração : CPS/IBRE/FGV

\* 76 Reais por pessoa ajustado por diferenças de custo de vida (ver Ferreira et al. A New Poverty Profile based in PNAD, PPV and Census Data", em breve Revista Brasileira de Economia, 2000).

A tabela 2 confirma que o epicentro da crise social se centrou na renda do trabalho. A crise foi amortecida pelo aumento de rendas oriundas de fontes alternativas ao trabalho, em particular em áreas não metropolitanas.

**Tabela 2****Variação (% a.a. ) da Renda Per Capita entre 1996 e 1999**

	<b>Renda de Todas as Fontes</b>	<b>Renda de Fontes Não Trabalho*</b>	<b>Renda Só do Trabalho</b>
<b>Brasil</b>	-1.37	4.41	-2.79
<b>Áreas Não Metropolitanas</b>	-0.01	6.23	-1.48
<b>Áreas Metropolitanas</b>	-3.22	2.09	-4.57

Fonte: PNAD - IBGE    Elaboração : CPS/IBRE/FGV

\* inclui previdência social, seguro-desemprego, aluguéis, juros etc.

Em suma, no período 1996-99, quando usamos indicadores sociais baseados em pesquisas mais ágeis de mercado de trabalho como a PME-IBGE (PED-SEADE) tendemos a superestimar a deterioração das condições de vida brasileiras. Isto porque a onda recente de crises externas atingiu mais fortemente o trabalho metropolitano (em particular, o paulistano) do que outras fontes de renda ou áreas geográficas.

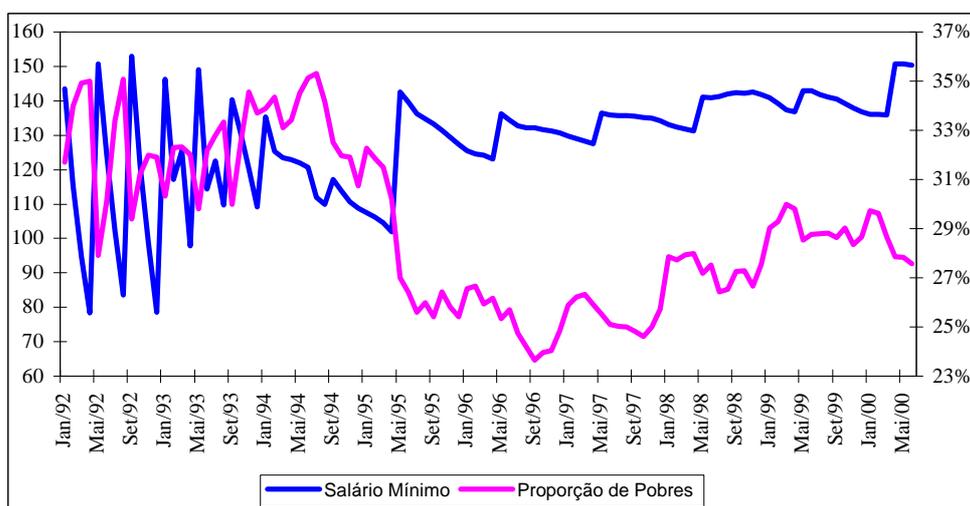
## Salário Mínimo, Mercado de Trabalho e Pobreza

Dada a operação de uma vasta gama de efeitos e de contra-efeitos do salário mínimo sobre o mercado trabalho, optamos por captar um somatório dessas influencias através do conceito de renda domiciliar per capita. Mais especificamente, como o salário mínimo supostamente atua sobre a cauda inferior da distribuição de renda, privilegiamos os indicadores de pobreza absoluta.

O Gráfico evidencia uma sincronia entre movimentos do salário mínimo e da proporção de pobres.

**Gráfico**

**Salário Mínimo e Proporção de Pobres (P0)  
Brasil Metropolitano**



Fonte: PME/IBGE - Elaboração: CPS/IBRE/FGV

Em primeiro lugar, notamos que na época de alta inflação os mínimos locais dos diversos índices de pobreza se encontram nos meses de reajuste do salário mínimo (isto é, nos máximos locais do mínimo). Nesta fase inicial as séries temporais dos índices de pobreza apresentam formas serrilhadas estando os dentes de baixo das séries localizados nos meses de janeiro, maio e setembro, quando o salário mínimo era plenamente reajustado com periodicidade quadrimestral. Neste período observamos também quebras na taxa de crescimento da pobreza nos meses intermediários aos reajustes plenos quando os salários recebiam antecipações bimestrais de 50%. Em janeiro de 1993, as modificações introduzidas no sistema de reajustes com periodicidade quadrimestral com antecipações

bimestrais em função do aumento das antecipações de 50 para 60 % e do aumento da faixa de cobertura da lei de três para seis salários mínimos, os meses das antecipações bimestrais se tornam mais protuberantes. Por fim, a posterior introdução de antecipações mensais a partir de setembro de 1993 e a introdução da URV em março de 1994 veio alterar o padrão sazonal das diversas séries. Em particular, o formato dente de serra das diversas séries de índices de pobreza foi perdido.

### **O Pós-Real**

A primeira queda mais substantiva observada na pobreza após o lançamento do Plano Real ocorreu em Setembro de 1994 quando o salário mínimo foi reajustado de R\$ 64 para R\$ 70, perfazendo um reajuste nominal de 9.4% quando a taxa de inflação segundo o INPC estava a 2.11% ao mês. A primeira coluna da tabela 22 evidencia a queda do número de pobres atinge a cerca de 5% utilizando a linha de pobreza mais baixa.

As colunas restantes da Tabela 18 apresentam outras opções de índices de pobreza combinando critérios diferenciados de agregação dos pobres e as duas linhas de pobreza mencionadas. No que tange ao primeiro aspecto, a nossa opção foi trabalhar com três índices de pobreza pertencentes à classe proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984): o índice de proporção dos pobres (P0), o hiato médio de pobreza (P1); e o hiato quadrático de pobreza (P2). À medida que caminhamos dos índices P0 ao P2, estamos atribuindo um maior peso aos indivíduos mais pobres da população, o que reflete uma mudança de juízo de valor. No índice P0 referente à proporção dos pobres, todos os indivíduos situados abaixo da linha de pobreza entram com pesos idênticos. No caso de P1 e P2, os indivíduos são ponderados de forma proporcional, respectivamente, à distância e ao quadrado da distância, de suas rendas *per capita* em relação à linha de pobreza. O aspecto central da análise é que a contemporaneidade entre aumentos do salário mínimo e reduções da pobreza é um resultado robusto e que a queda é magnificada à medida que caminhamos em direção à cauda inferior da renda domiciliar *per capita*.

## Brasil

### Variação dos Indicadores de Pobreza e os Meses de Aumento do Salário Mínimo

Índice de Pobreza Linha de Pobreza	P0		P1		P2	
	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta
set/94	-4.9%	-1.1%	-3.8%	-2.1%	-3.6%	-2.7%
mai/95	-10.5%	-3.2%	-8.3%	-6.2%	-6.3%	-7.2%
mai/96	-3.1%	-1.5%	0.2%	-1.0%	1.1%	-0.7%
mai/97	-1.5%	-1.1%	-0.3%	-0.3%	-0.1%	0.0%
mai/98	-2.8%	0.0%	-0.8%	-1.2%	0.0%	-1.3%
mai/99	-4.3%	-0.3%	-3.5%	-1.2%	-3.7%	-2.0%
abr/00	-2.8%	-1.5%	-2.7%	-2.4%	-2.2%	-2.6%

### Variações dos Salários Mínimos Reais e Nominais

	Var. SM Real	Var. SM Nominal
Set/94	6.5%	8.0%
Mai/95	39.9%	42.9%
Mai/96	10.6%	12.0%
Mai/97	7.0%	7.1%
Mai/98	7.6%	8.3%
Mai/99	4.6%	4.6%
Abr/00	10.9%	11.0%

O ponto crucial das séries acima se refere ao o abono de 42.86 % de maio de 1995 dado ao salário mínimo que passa de R\$ 70 para R\$ 100 é contemporâneo a uma substantiva queda observada nos índices de pobreza. Em maio de 1995 a taxa de inflação se encontrava no nível de 2.14% ao mês. De acordo com a primeira coluna tabela 22, o número de pobres cai 10.5 % para a linha mais baixa e 3.2 % para a linha mais alta entre abril e maio de 1995. Dessa forma, conforme o esperado o salário mínimo parece ter mais impacto na cauda inferior da distribuição de renda. Utilizando a linha de pobreza mais baixa, a mudança observada no número de pobres no mês posterior ao aumento do salário mínimo corresponde a mais de um terço da redução observada nos quinze meses seguintes ao lançamento do Plano Real.

Analisando as tabelas abaixo verificamos que o grande diferencial dos episódio de Maio de 1995 em relação aos demais reajustes do mínimo está na magnitude do mesmo e

não na elasticidade instantânea dos diversos índices de pobreza em relação ao mínimo. A elasticidade instantânea é calculada em relação a taxa de variação do salário mínimo real (isto é descontando-se a inflação medida pelo INPC no mês de reajuste). Em todos os meses de reajuste do mínimo do pós-Real a pobreza cai instantaneamente pelo menos 21% do reajuste do mínimo. Se projetarmos este correspondente para o reajuste para 180 reais se poderia esperar uma redução da pobreza da ordem de 4 a 4.5% já entre abril e maio de 2001.

**Tabela 23**

**Brasil**  
**Elasticidade Instantânea da Pobreza em Relação ao Salário Mínimo Real**

Índice de Pobreza Linha de Pobreza	P0		P1		P2	
	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta
set/94	-75.2%	-17.5%	-57.8%	-31.9%	-54.8%	-41.5%
mai/95	-26.4%	-7.9%	-20.8%	-15.5%	-15.9%	-18.1%
mai/96	-29.7%	-13.8%	2.1%	-9.4%	10.7%	-6.2%
mai/97	-21.7%	-15.7%	-3.9%	-4.0%	-1.0%	-0.1%
mai/98	-37.4%	-0.7%	-11.0%	-16.0%	-0.4%	-17.7%
mai/99	-94.7%	-6.3%	-77.0%	-26.1%	-80.8%	-43.4%
abr/00	-25.8%	-13.5%	-24.8%	-21.6%	-20.6%	-23.9%

Fonte: PME/IBGE; Elaboração: CPS/IBRE/FGV